

# RADIOGRAFIA BIOÉTICA DE UM PAÍS - BRASIL

Volnei Garrafa\*

Em março de 1997, o então presidente da International Association of Bioethics (IAB), Alastair Campbell, visitou o Brasil a convite da Sociedade Brasileira de Bioética. Inicialmente, apresentou-se no II Congresso Brasileiro de Bioética, realizado em Brasília, “capital arquiteturalmente projetada e peça representativa do desenho artístico”, segundo suas palavras. Em seguida, conheceu São Paulo, onde participou de um Seminário Internacional de Bioética Clínica desenvolvido no Hospital Público de Heliópolis, a principal favela do maior centro populacional e industrial da América do Sul. Regressando à Grã-Bretanha, escreveu um emocionado editorial no *IAB News* relatando o que havia visto e sentido na viagem. Um dos parágrafos dizia o seguinte: “*When I left Brazil after a too short visit, it was with a sense of gratitude to my hosts, not just for their friendship and outstanding hospitality, but for the realisation of how so differently I now perceive the nature of Bioethics. I had glimpsed what it must be like to sustain a public health service with minimal resources and massive problems of poverty. I had seen something of the environmental challenges of massive urbanization without adequate infrastructure to sustain it. In the midst of this I met people determined to find a Bioethics that makes a genuine difference to*

*the health of their nation and the quality of their environment*”. A viagem ao Brasil reforçou ainda mais a convicção de Campbell em lutar pelo retorno da bioética aos rumos inicialmente traçados por Van Rensselaer Potter em 1971 e reforçados pelo mesmo autor em 1988, ou seja, aos objetivos de uma BIOÉTICA GLOBAL.

Assim como as contradições mencionadas no parágrafo acima, os principais temas da pauta bioética para o século XXI continuam referidos a dois pontos historicamente equidistantes: aqueles relacionados com a engenharia genética, pelo lado das situações que chamo de *emergentes* (ou de “limites”, “fronteiras”, no dizer de Berlinguer); e, os outros, derivados das agudas desigualdades sociais verificadas no planeta, pelo lado das *situações persistentes* (ou “cotidianas”). Desse modo, igualmente ao que acontece em escala mundial, no Brasil esse paradoxal fenômeno também se reproduz; e com tintas fortes. No caso da “Bioética Global”, especificamente, o tema é de singular importância para o Brasil, pois os interesses do País são grandes nos campos do equilíbrio ambiental e da biodiversidade. Nada menos que 22% das variedades vegetais do planeta são encontradas no país, enquanto 1 grama de floresta úmida amazônica contém centenas de variedades de microorganismo.

Para quem não está acostumado com o Brasil, não é nada fácil entendê-lo! São aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados de terras planas e férteis, 170 milhões de habitantes nascidos de uma miscigenação racial extraordinária, 9º. PIB (Produto Interno Bruto) do mundo.

\* **Volnei Garrafa** é professor titular, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde/mestrado e doutorado (área de concentração - Bioética) da Universidade de Brasília; vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética; membro titular da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde/Brasil.

Ao lado disso, no entanto, seus indicadores sociais estão entre os mais críticos da América Latina e a distribuição da renda é uma das piores do planeta (47% das riquezas encontra-se nas mãos dos 10% mais ricos, restando apenas 0,8% para os 10% mais pobres da população). Enquanto morrem mais de 100 crianças em cada 1000 nascidas vivas em algumas áreas das regiões carentes do norte e nordeste, no sul e sudeste se aproxima exemplarmente de 10. Assim, o Brasil do ano 2000 é um país que vive, paradoxalmente, com um pé no século XIX e o outro no século XXI. Ao lado de maravilhas como transplantes múltiplos de órgãos, seqüenciamentos pioneiros do genoma de tumores malignos de diferentes tipos e áreas anatômicas, ou intervenções cirúrgicas corretivas intra-uterinas em corações de fetos, convive com milhões de famílias abandonadas à própria sorte pelos campos ou periferias das grandes cidades.

Entre conquistas e problemas, as profundas contradições acima mencionadas e as inúmeras conseqüências delas decorrentes, fazem parte inseparável da missão dos estudiosos e pesquisadores brasileiros que decidiram seguir os caminhos da BIOÉTICA. A contraditória realidade do país, portanto, além de exigir exercícios intelectuais e práticos duríssimos aos seus “bioeticistas”, agudiza ainda mais os conflitos constatados entre individual e coletivo, autonomia e justiça, participação e omissão, beneficência e equidade, caridade e solidariedade, limite e controle, liberdade e responsabilidade...

### **Breves referências históricas**

A bioética brasileira é tardia, tendo surgido de forma orgânica somente nos anos 90. Anteriormente, algumas poucas iniciativas isoladas haviam acontecido, sem registros significativos. Não existe, por outro lado, um ponto de partida ou momento específico de referência histórica para o seu desenvolvimento. Pelo contrário, alguns

episódios isolados foram acontecendo e ao mesmo tempo ocasionando repercussões positivas no sentido da divulgação e disseminação da disciplina. No início de 1993, por exemplo, foi criada a revista semestral *Bioética*, com Conselho Editorial regular, patrocinada pelo Conselho Federal de Medicina e com sede em Brasília. A referida revista foi indexada em 1998 (LILACS) e mantém sua periodicidade até o momento, apesar do grupo vencedor das recentes eleições na principal entidade médica do País estar propondo alterações na revista em direção a interesses deontológicos mais específicos da classe médica, patrocinadora da mesma. Outra revista científica brasileira indexada, e que vem publicando de forma regular e crescente artigos sobre bioética, é *O Mundo da Saúde*, patrocinada pelo Centro Universitário São Camilo, dos padres Camilianos de São Paulo, e que se mantém bravamente desde os anos 80.

Em 1995 foi fundada a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), que hoje congrega mais de 300 associados e já promoveu três Congressos nacionais: em 1996 (São Paulo), 1998 (Brasília) e em julho/2000 (Porto Alegre). A entidade conta atualmente com seções regionais em diversos estados. Sua diretoria é eleita pelo voto direto de todos associados e tem mandato de três anos. De 1999 para cá, começou a publicar periodicamente um Boletim oficial que permeia informações gerais com denso conteúdo científico, já tendo recebido artigos originais de polêmicos estudiosos internacionais como Engelhardt e Harris, entre outros. Vale a pena ressaltar que a SBB é associada à FELAIBE (Federação Latinoamericana e do Caribe de Instituições de Bioética) e à IAB (International Association of Bioethics). A propósito, é oportuno noticiar que o 4º Congresso de Bioética da América Latina e do Caribe e o Sixth World Congress of Bioethics, paralelamente ao Feminist Approaches to Bioethics, já tem agenda confirmada para a capital do país, Brasília, em

novembro de 2002, com o patrocínio da SBB e apoio das co-irmãs internacionais acima mencionadas.

Em 1996, o Conselho Nacional de Saúde, organismo ligado ao Ministério da Saúde brasileiro, criou o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), encarregado de regular e controlar as investigações desenvolvidas com seres humanos no território nacional. Anteriormente a esse episódio, já havia no Brasil uma legislação federal com relação ao tema, que no entanto não era devidamente cumprida. Após a criação da CONEP, o assunto passou a ser encarado com o rigor requerido e hoje o Brasil dispõe de mais de 300 Comitês de Ética em Pesquisa (hospitais, universitários, etc.) funcionando regularmente. No que se refere ao aspecto formal e público, cabe ainda ressaltar a existência de uma Comissão Técnica Nacional de Biosegurança (CTNBio), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, que foi incumbida pelo governo de analisar, mediar e regular questões referentes aos organismos geneticamente modificados, incluindo os temas das patentes, alimentos transgênicos, clonagem e outros assuntos correlatos. De forma isolada, diversos hospitais e universidades começam a criar Comitês Institucionais de Bioética; os exemplos pioneiros foram os Hospitais de Clínicas de Porto Alegre e de São Paulo, além do Instituto Nacional do Câncer, do Rio de Janeiro. Por outro lado, já existem discussões no país com relação à criação de uma futura e ampla Comissão Nacional de Bioética.

### **Panorama atual da bioética no Brasil**

Nos seus primeiros anos de vida, a bioética brasileira tomou como referência conceitual a chamada “corrente principialista” estadunidense. Na medida em que foram sendo implantados grupos de pesquisa e núcleos de estudos nas universidades e em outras instituições, no entanto, este panorama começou a mudar. Embora a

maioria dos centros que se dedicam à bioética ainda sigam basicamente a teoria dos quatro princípios, a partir de 1998 iniciou o surgimento de novas propostas alternativas às correntes bioéticas tradicionais. Entre outras, podem ser mencionadas a “bioética na perspectiva da teologia da libertação”, a “bioética dura” ou “bioética forte” (*hard bioethics*), a “bioética crítica de inspiração feminista”, a “bioética feminista e anti-racista” e a “bioética da reflexão autônoma”. Com certeza, existe um longo caminho teórico a ser construído e percorrido pelas propostas acima mencionadas, mas é interessante verificar que todas elas coincidem com relação ao respeito ao pluralismo moral e à defesa dos interesses dos mais frágeis e/ou vulneráveis. Esta constatação demonstra que a “nova bioética brasileira” tem na contextualização da realidade do país sua maior fonte de inspiração.

Entre os principais centros acadêmicos de reflexão bioética no Brasil, não se pode deixar de mencionar os seguintes no sentido geográfico sul-norte do país: Núcleo Interinstitucional de Bioética do Hospital de Clínicas da Universidade Federal e a Pontifícia Universidade Católica, com seu Hospital Universitário, em Porto Alegre, além da Universidade do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul; Núcleo de Bioética da Universidade Estadual de Londrina, Paraná; Instituto Oscar Freire da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Bioética da Centro Universitário São Camilo e o Instituto Alfonsianum de Ética, no estado de São Paulo; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética da Universidade de Brasília e ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, ambos em Brasília, Distrito Federal; Rede de Informação Sobre Bioética (Bioética e Teoria Feminista e Anti-Racista) e Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais; Núcleo de Ética

Aplicada e Bioética da Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro; Núcleo de Bioética da Universidade Estadual de Feira de Santana, no estado da Bahia; Núcleo de Bioética de Pernambuco, na cidade de Recife; Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Piauí, em Teresina.

Além dos centros acima mencionados, é impossível definir o número exato de variadas disciplinas relacionadas com a Bioética e oferecidas todos os semestres nas centenas de Universidades Públicas (federais, estaduais, municipais e comunitárias) e Privadas (religiosas ou laicas), além de Faculdades isoladas, em nível de graduação e pós-graduação. Da mesma forma, é grande a quantidade de eventos das mais diferentes especialidades e entidades científicas que programam conferências, mesas redondas, cursos de curta duração e painéis, enfocando a Bioética a partir dos mais diferentes ângulos e interesses. Em muitas destas ocasiões, no entanto, a atenção dos congressistas é direcionada erroneamente para áreas de interesse específico e as discussões acabam recaindo exclusivamente sobre os campos da relação profissional-paciente e da ética profissional e seus códigos deontológicos.

Um aspecto positivo, e que não pode deixar de ser mencionado, refere-se ao crescente número de monografias de cursos de especialização (360 horas/aula no mínimo, de acordo com a legislação do país), dissertações de mestrado e teses de doutorado, que utilizam a Bioética como ferramenta metodológica para desenvolvimento e/ou comprovação de suas hipóteses. Estas pesquisas, além daquelas naturalmente desenvolvidas nos próprios programas de pós-graduação formais que possuem a Bioética entre suas “áreas de concentração”, acontecem não somente em setores mais próximos às ciências da saúde, como a psicologia, antropologia, comunicação social, biologia ou sociologia, mas também em campos que surpreendem pelo inusitado, como educação artística, química e outras.

As carreiras mais envolvidas quantitativamente com a Bioética no Brasil são a Medicina e o Direito. Contudo, contraditoriamente, apesar de serem as duas áreas que mais têm mostrado avanços, são também aquelas onde as resistências são também maiores: no lado da Medicina, principalmente pela confusão que grande número de professores e profissionais fazem entre a bioética e a ética profissional, legalista e codificada; com relação ao Direito, o problema acontece pelo fato de alguns grupos insistirem em utilizar o neologismo “biodireito” ao invés da expressão usual que se refere à “Bioética e Direito”. Como a Bioética não surgiu para dar respostas acabadas aos conflitos, com base no respeito à secularização e ao pluralismo moral, o “biodireito” tenta resolver todas as questões pelo viés estritamente jurídico, o que empobrece irreversivelmente a proposta original da bioética ao priorizar o legalismo e o estreitamento das discussões em prejuízo da legitimidade e amplitude que o verdadeiro estatuto epistemológico da disciplina generosamente proporciona.

Finalizando, é importante mencionar que, além do crescimento qualitativo e quantitativo dos artigos publicados sobre Bioética nas revistas acadêmicas brasileiras, vem igualmente aumentando o número e melhorando a qualidade dos livros relacionados com a Bioética e produzidos no Brasil nos últimos cinco anos. As editoras comerciais começam a interessar-se pelo assunto uma vez que o mesmo está se difundindo rapidamente por meio dos eventos científicos e, principalmente, pelas universidades e organismos públicos.

## Considerações finais

A contraditória realidade social tem obrigado a “bioética brasileira” a procurar perspectivas alternativas às teorias bioéticas tradicionais. Embora o principalismo tenha sido a mola propulsora da disciplina no País e ainda exerça uma certa hegemonia no contexto acadêmico nacional, começa a esboçar-se

um movimento de reação intelectual à simples importação descontextualizada das propostas ou “pacotes” éticos importados acríticamente dos países mais desenvolvidos. As propostas teóricas brasileiras à bioética estão ainda em construção e não devem ser entendidas como uma “afronta” ou “desobediência científica” às teorias tradicionalmente constituídas, mas como uma tentativa de busca contextualizada de respostas morais adequadas aos problemas específicos constatados na realidade do País. A verdadeira efervescência constatada neste momento histórico da bioética desenvolvida no Brasil, que - como foi dito no início do artigo - é tardia, apesar de estar acontecendo de forma ainda não orgânica, é o fruto fecundo de um processo dinâmico que procura recuperar o tempo perdido. Neste sentido, é imprescindível o estímulo e intercâmbio com os países vizinhos da comunidade latino-americana, objetivando a construção concreta de relações mais próximas e factíveis na busca de soluções comuns ou aproximadas a problemas que são muitas vezes parecidos.

Quem provavelmente melhor tenha interpretado a importância da Bioética para o Brasil do ano 2000 é o teólogo Márcio Fabri dos Anjos, que recentemente produziu um precioso ensaio sobre o tema a partir do que ele chama de “contexto cultural e humanitário”. Segundo o autor “*how Brazil, in the midst of many social inequalities, finds in reflection on bioethics an important place to develop critiques and concrete proposals for creating and securing a better future. Bioethical perspectives are important in Brazil and for Brazil*”. As generosas palavras do humanista Alastair Campbell foram proféticas. Suas reflexões serviram como estímulo e segurança para que a bioética do país começasse a buscar respostas para os próprios sonhos (ou pesadelos...).

## Bibliografia

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Bioética [editorial]. *Revista de Bioética e Gênero* 1999 Oct 2; 1(1).

Campbell, A. The president’s column. *International Association of Bioethics News* 1998; 7: 1-2.

Diniz D, Guilhem DB, Garrafa, V. Bioethics in Brazil. *Bioethics* 1999; 13 (3-4): 244-248.

Dos Anjos M.F. Medical ethics in the developing world: a liberation theology perspective. *The Journal of Medicine and Philosophy* 1996; 21: 629-637.

Dos Anjos M.F. Bioética abrangência e dinamismo. *O Mundo da Saúde* 1997; 21 (1): 04-12.

Dos Anjos, M.F. Notes on Bioethics in Brazil. *Biomedical Ethics. Newsletter of European Network for Biomedical Ethics* (Univ. Tübingen) 2000; 5 (1): 42-45.

Garrafa V, Oselka G, Diniz D. Public health, bioethics and equity. *Bioética* 1997; 5 (1): 27-33.

Garrafa, V. Bioethics, health and citizenship. *O Mundo da Saúde* 1999; 23 (5): 263-269.

Garrafa, V. Bioethical reflections on science, health care and citizenship. *Bioética* 1999; 7 (1): 13-20.

Garrafa V, Diniz D, Guilhem DB. Bioethical language and its dialects and idiolects. *Cadernos de Saúde Pública* 1999; 15 Supl. 1: 35-42.

Garrafa V. *Bioética fuerte: una perspectiva periférica a las teorías bioéticas tradicionales*. Conferencia en el 3er Congreso de Bioética de América Latina y del Caribe; mayo 2000; Panamá.

Pessini L. Bioética no Brasil. Iniciativas Institucionais. *O Mundo da Saúde* 1998; 22 (3): 188-190.

Pessini L, Barchifontaine CP. Bioética: do principialismo à busca de uma perspectiva latino-americana. In: Costa SI, Garrafa V, Oselka G. (eds). *Iniciação à Bioética*. Brasil: Conselho Federal de Medicina; 1998; 81-98.

Pessini L. Bioethics; a horizon of hope for a new time. *O Mundo da Saúde* 1999; 23 (5): 259-262.

Segre M. Editorial. *Boletim da Sociedade Brasileira de Bioética* 1 1999 Nov; (2): 01-02.